

## ÁGUA VERMELHA (1890-1960): O LUGAR PATRIMONIAL DE UM DISTRITO PAULISTA

*João Pedro Volante<sup>1</sup>*

*Leila Maria Massarão<sup>2</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo recuperar e contribuir para a preservação e divulgação do Patrimônio cultural do distrito de Água Vermelha, no município de São Carlos/SP, entre os anos de 1890 e 1960 – período temporal que abrange a chegada das ferrovias e as sucessivas mudanças socioeconômicas no distrito. Durante muito tempo, as concepções de Patrimônio estiveram restritas à bens materiais, especialmente edifícios, ligados a grupos socialmente privilegiados e de determinados períodos arquitetônicos, tanto no debate internacional, quanto no nacional. Nas últimas décadas, porém, a noção de Patrimônio se ampliou, incluindo a cultura material relacionada a minorias étnicas, grupos socialmente diferenciados e regiões diversas dos grandes ou tradicionais centros históricos. Ainda os bens imateriais, como lendas, festas, mitos e danças passaram a ser reconhecidos e estudados, o que enriqueceu a abordagem sobre o patrimônio. A partir desta perspectiva contemporânea sobre o Patrimônio, é possível estudar a relação do distrito de Água Vermelha com seus Patrimônios culturais, assim como abordar o próprio distrito como sendo um Patrimônio de São Carlos. Localizado na área norte do Município e com aproximadamente 4.400 habitantes, o distrito de Água Vermelha foi um importante entreposto na rota das ferrovias no final do século XIX na região, principalmente por estar cercado de fazendas produtoras de café. Sua população se formou a partir de negros e colonos imigrantes estrangeiros – em sua maioria italianos –, que vieram para o trabalho na lavoura cafeeira. A então “rota” Água Vermelha, tornou-se distrito apenas em 1948, por meio da Lei Estadual n. 23.233. Sua história tem sido, porém, ignorada dentro dos estudos sobre São Carlos. Este trabalho pretende, portando, a partir das inquietações de pesquisadores e dos próprios moradores de Água Vermelha a respeito da história do distrito, esquematizar as informações e dados que dizem respeito ao distrito de Água Vermelha, redimensionando e compreendendo sua participação na história local, além de contribuir ainda para as pesquisas sobre os distritos paulistas de forma geral. Para tanto, será utilizada uma metodologia de análise documental, assim como a história oral, especialmente a partir da memória de velhos e sua percepção sobre o passado.

---

<sup>1</sup> João Pedro Volante é graduado em Ciências Sociais pela UFSCar, atualmente é mestrando em Sociologia pela mesma universidade. Seu projeto de mestrado é financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Aluno do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar (PPGS). E-mail para contato: joapedrovolante@gmail.com

<sup>2</sup> Leila Maria Massarão é graduada e mestre em História pela UNICAMP. É historiadora de carreira da Fundação Pró-memória de São Carlos e atualmente exerce a função de chefe da Divisão de Pesquisa e Divulgação da mesma instituição. E-mail para contato: historias.saocarlos@gmail.com

**Palavras-chave:** Patrimônio. São Carlos. Distritos. Imigração. Memória.

## **Introdução**

Localizado na região norte do município de São Carlos, o distrito de Água Vermelha possui atualmente uma população aproximada de 4.400 pessoas (IBGE, 2010), que vivem em fazendas, chácaras ou em seu restrito espaço urbano, consolidado nas últimas décadas do século XX. Sendo parte do território de São Carlos, Água Vermelha se tornou distrito apenas em 1948, por meio da Lei Estadual n. 23.233. Sua história tem sido praticamente ignorada dentro dos estudos a respeito do município, seja pelo carência de informações ou por ser considerado irrelevante frente a história de São Carlos e sua formação.

Os primeiros esforços para reunir parte dessa história se devem à pesquisadora Ozana Aline Barbosa (2009), responsável por abordar o tema em seu trabalho de conclusão de curso, “A História do Distrito de Água Vermelha: História e Memórias”. Fora esta pesquisa, alguns trabalhos sobre o município de São Carlos, como os de Oswaldo Truzzi (2007) e de Truzzi e Maria Silvia B. Bassanezi (2009) citam o distrito, mas não o descrevem de forma detalhada.

Em 2007 foi criada no antigo Armazém Pulcinelli uma biblioteca distrital, conhecida por Armazém Cultura. O prédio de interesse histórico ainda preservado em Água Vermelha foi o estabelecimento comercial de um imigrante italiano radicado na região no final do século XIX. A criação da biblioteca chamou a atenção para a história e as origens do distrito e estimulou o interesse e a vinda de visitantes, atraídos igualmente pelas festas tradicionais e pelo turismo ecológico. Grande parte dos moradores locais conhece sua história apenas por meio da memória dos pais ou avós que, em sua maioria, já faleceram. Atualmente o distrito tem crescido demográfica e economicamente, gerando mudanças cada vez mais rápidas em seu núcleo urbano, o que torna esta pesquisa premente e fundamental para o reconhecimento e divulgação do potencial patrimonial desta localidade.

Para tanto, este artigo será dividido em duas partes: a primeira se concentrará em retratar brevemente a história do distrito, ligado ao município de São Carlos, por meio da bibliografia sobre o assunto e a partir de fontes documentais, como os jornais; já na segunda parte será apresentado um panorama sobre o conceito de Patrimônio Cultural e sua origem no cenário internacional e nacional. Com base nisso, será possível apresentar o distrito de Água Vermelha (re)lido como um Patrimônio Cultural, utilizando como ponto de partida, entrevistas coletadas por Barbosa (2009) e do acervo de História Oral da Fundação Pró-Memória de São Carlos e por fontes documentais, como mapas históricos.

## **1 - São Carlos e Água Vermelha: um município paulista e seu distrito**

É a partir do século XVIII que são feitos os primeiros registros sobre o território hoje pertencente a São Carlos, compreendido então como Sertões ou Campos de Araraquara<sup>3</sup>. De acordo com Truzzi (2007, p. 31), a descoberta de ouro em Cuiabá em 1718, resultou na passagem de mineiros que se dirigiam para a província de Mato Grosso, passando pelos Campos de Araraquara. Segundo Marcel Mano (2006), esta área já era povoada em seus primórdios por grupos indígenas, como os Jê, Kaingang e Tupi-Guarani. Logo, conflitos entre indígenas, mineiros e bandeirantes ao longo dos anos, deram início a configuração social da região.

No ano de 1781, parte das terras dos Campos de Araraquara foram concedidas ao cirurgião-mor do Regimento de Voluntários Reais de São Paulo Manuel Martins dos Santos Rego, responsável por tê-la vendido, depois de cinco anos, a Carlos Bartholomeu de Arruda, avô do futuro Conde do Pinhal. A partir deste pedaço de terra, surgiu, então a Sesmaria do Pinhal, uma das porções territoriais que formaram o município de São Carlos (TRUZZI, 2007, p. 32).

---

<sup>3</sup> Araraquara vem de “*Aracoara*”, que em língua indígena significa “ninhos de araras”. Estes “Campos de Araraquara” englobavam um território atualmente formado pelos municípios de Araraquara, Jaboticabal, São Carlos, Jaú Brotas e Dois Córregos (TRUZZI, 2007, p. 30).

Vale ressaltar que, antes mesmo das terras serem apoderadas por pessoas com poder econômico e político – tal como Carlos Bartholomeu de Arruda –, elas além de serem povoadas por indígenas, como citado anteriormente, foram também ocupadas por posseiros, descritos, segundo Cincinato Braga (1894, p. V) como sendo: “ (...) homens desprotegidos da fortuna, afeitos ás rudes lides do desbravamento de mattas virgens, que em diminuta parte transformavam em arrosaes, feijoaes e milharaes (...)”. Já para João Paulo da Silva (2015, p.13), os posseiros eram uma população estigmatizada durante o século XIX, como invasores de terras pobres e sem recursos para deixa-las produtivas e regulariza-las na lei. De acordo com Pierre Monbeig (1985) muitos habitantes do interior paulista durante o século XVIII e XIX não tinham interesse imediato em obter lucro a partir da terra, sendo estes chamados de *Precursores*, representados por indígenas e posseiros; já os interessados em retirar lucro da terra eram chamados de *Pioneiros*, sendo compostos, em sua grande maioria, por fazendeiros de monoculturas extensivas, em especial cafeeiros.

A partir desse panorama populacional e de disputa territorial entre indígenas, posseiros e fazendeiros, é possível ter uma visão aproximada de como foram compostas as populações tanto de São Carlos, quanto de Água Vermelha no início do século XIX, além de entendermos como se processou sua configuração territorial. Além da Sesmaria do Pinhal (localizada na região sul do município), outras sesmarias também dariam origem ao município de São Carlos: a Sesmaria do Monjolinho (localizada na região central do município) e a Sesmaria do Quilombo (localizada na região norte do município) e onde estão localizados os distritos de Água Vermelha e Santa Eudóxia.

No ano de 1812, o então vigário da Capela de Piracicaba, Manoel Joaquim do Amaral Gurgel regularizou a posse das terras “ (...) cortadas pelas actuaes estradas de rodagem desta cidade aos bairros da Agua Vermelha e dos Mendes e pelo ramal férreo que os serve. Essa posse constitui a Sesmaria do Quilombo (...)” (BRAGA, 1894, p. XI). Ainda em 1812, Amaral Gurgel as revendeu para o Capitão Demétrio José Xavier. Segundo consta na memória popular e na tradição oral, o nome Sesmaria do Quilombo se deve a presença de negros que teriam criado quilombos na região, porém, não há nenhuma confirmação da existência de tais quilombos por pesquisas mais extensas e objetivas

quanto ao tema (BRAGA, 1894, p. XI; FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS, 2017, p. 19).

Reconhecida em 1857, com a criação da capela, a localidade de São Carlos iniciou um lento desenvolvimento econômico-populacional, que apenas se aceleraria com a chegada da estrada de ferro em 1884. São Carlos, antes desse período da chegada das ferrovias, “ (...) não passava de ponto de pousada para os viajantes vindos de Rio Claro, que seguiam para Araraquara (...) ”, cidades mais antigas e desenvolvidas (TRUZZI, 2007, p. 36).

Com a expansão do café na segunda metade do século XIX, a vila começou a se adaptar morfológicamente devido às novas dinâmicas econômicas que passariam a girar em torno deste produto, inclusive não medindo esforços para trazer ferrovias até seu território, principal transporte de mercadorias, produtos agrícolas e pessoas na época até se transformar, finalmente, em cidade por volta de 1880. Sergio Milliet (1982, p. 54) afirma que São Carlos no ano de 1886 – dois anos após a chegada das ferrovias –, produziu 66.667 arrobas de café. Já em 1920 essa produção passou para 693.193 arrobas de café. Sua população também triplicou no mesmo período, passando de 16.104 pessoas para 54.225.

O café, de acordo com Holloway (1984), também foi o principal responsável pela vinda de imigrantes estrangeiros para o estado de São Paulo, modificando todo o perfil populacional do interior paulista no período que vai da segunda metade do século XIX, marcada pela escravidão da população negra em condições extremamente precárias, até a segunda metade do XX.

Todo o desenvolvimento gerado pelo café e a consequente vinda das ferrovias a São Carlos, impactou também a região norte do município, onde se localizam os vilarejos de Água Vermelha e Santa Eudóxia, sendo que o segundo concentrou algumas das principais fazendas de café da região. Como Água Vermelha sempre esteve entre São Carlos e Santa Eudóxia, acabou adquirindo certa relevância como entreposto destas duas regiões, ainda mais com a chegada de um ramal ferroviário em sua área, como se verá a seguir.

## 1.1 - O ramal de Água Vermelha

Como mencionado anteriormente, Água Vermelha fazia parte da Sesmaria do Quilombo, localizada na região norte de São Carlos. O vilarejo, desde seus primórdios aparece como um caminho, rota para viajantes e trabalhadores rurais que interligava São Carlos às fazendas de café e ao atual distrito de Santa Eudóxia. Tal fato geográfico de entreposto entre duas regiões, cercado de fazendas cafeeiras, tornou necessária a construção de um ramal ferroviário em Água Vermelha. O jornal “O Correio Paulistano” de 16 de fevereiro de 1890, noticiou a aprovação para construção de um ramal ferroviário “(...) que partindo de S. Carlos do Pinhal vae terminar no bairro da Água Vermelha.” (CORREIO PAULISTANO, 1890).

Antes da chegada da ferrovia, praticamente inexistem fontes documentais ou orais que permitam perceber a situação da região. A partir dos jornais do final do século XIX, podemos ter alguma ideia de como era o cotidiano do atual distrito, por meio de fragmentos de notícias ou anúncios de fazendeiros locais. Uma das primeiras notícias que menciona Água Vermelha data de 1879, mais de 20 anos antes da chegada das ferrovias. Trata-se de um anúncio no primeiro jornal de São Carlos, “Tribuna de São Carlos”, de 20 de abril de 1879 sobre uma espingarda perdida “na estrada que vai para Água Vermelha” (TRIBUNA DE SÃO CARLOS, 1879). Um caso curioso sobre apreensão de milho também foi noticiado pelo “Correio Paulistano” já em 28 de março de 1885, tendo sido na ocasião João Eleutério de Campos o acusado. Este, ao ser recebido pelo oficial de Justiça José Pereira da Costa, teria atirado contra ele, ferindo-o. No mesmo jornal, em outubro de 1885, também foi encontrado um anúncio sobre escravo fugitivo na região de Água Vermelha, chamado Joaquim, procurado por Francisco Antonio de Paula (CORREIO PAULISTANO, 1885).

Estas poucas informações esparsas dão indícios de uma região remota e com o emprego de mão de obra escrava. As notícias sobre Água Vermelha começaram a ganhar força a partir da chegada do ramal da *Companhia Rio-Claro Railway Limited* em 1892, dois anos após o jornal “Correio Paulistano” de 1890 anunciar a aprovação de sua construção. Ainda em 12 de junho do mesmo ano, o jornal informou que o engenheiro Francisco Rodrigues Jordão foi designado fiscal, a partir do governo federal, junto a *Companhia Rio-Claro Railway Limited*, para “ (...) servir de desempatador, com os

demais árbitros nomeados pelas partes, nas questões de desapropriação a quem tem de proceder a referida Companhia, para a construção de sua via-ferrea (...)” (CORREIO PAULISTANO, 1890).

Em 19 de agosto de 1892, o secretário da agricultura autorizou o tráfego provisório no trecho de 33.998 metros do ramal de Água Vermelha, mencionando também que a estação de Água Vermelha estava em construção (CORREIO PAULISTANO, 1892). Já no ano seguinte, em 9 de março, é anunciado que o tráfego no ramal foi aberto, possibilitando o envio constante de correspondências de São Carlos para as estações de Babylonia, Floresta, Capão Preto, Água Vermelha, Araray e Santa Eudóxia e vice-versa. Em setembro de 1893 foi solicitada a licença para abrir o trecho do ramal de Água Vermelha até a estação de Santa Eudóxia, a pedido do vice-presidente da Companhia Paulista de Vias-Ferreas e Fluviaes ao secretário da agricultura (CORREIO PAULISTANO, 1893).

O ramal de Água Vermelha foi palco de diversos acontecimentos ao longo sua existência – desde a aprovação em 1890, abertura em 1893, até seu desativamento em 1962 –, tendo permanecido na memória dos moradores mais antigos do distrito. Após a desativação da linha, a estação funcionou como escola, posto de saúde e até salão de baile. Em seus aproximados 70 anos como parte de Água Vermelha, as estradas de ferro, além de possibilitarem o escoamento de café até o porto de Santos, foram responsáveis por trazer levas de trabalhadores rurais e colonos, muitos dos quais deixaram descendentes que residem até hoje no distrito.

De acordo com Truzzi e Bassanezzi (2009, p. 204), em 1907, Água Vermelha contava com uma população de 5.411 habitantes no início do século XX, período no qual o município de São Carlos recebia levas de imigrantes estrangeiros. Neste período, de acordo com o censo, o Município era composto por: 18.568 brasileiros brancos (48,1%); 3.808 brasileiros pretos (9,9%); 999 brasileiros mulatos (2,6%); 11.339 italianos (29,3%); 1.631 portugueses (4,2%); 1.670 espanhóis (4,3%); 209 alemães (0,5%); 114 turcos (0,3%) e 304 pessoas de nacionalidades diversas (0,8%).

Em Água Vermelha, Barboza (2009, p. 23) afirma que chegaram muitos imigrantes estrangeiros, principalmente italianos com destino para o trabalho nas

fazendas de café. O caso de um imigrante que se tornou uma figura de destaque em Água Vermelha é o de Francisco Pulcinelli, vindo da Itália por volta de 1898 com sua esposa Mariana Biason. Antes residentes na Fazenda Figueira Branca, em Santa Eudóxia, o casal se mudou para Água Vermelha, onde compraram um estabelecimento, situado em frente à estação de Água Vermelha, um armazém de secos e molhados, tendo sido muito influente e memorável na vida dos moradores de Água Vermelha (BARBOSA, 2009, p. 23-24).

Bem como a estação do ramal ferroviário e o Armazém Pulcinelli, outros estabelecimentos públicos e comerciais foram surgindo na virada do século XIX para o século XX, no caminho que ligava Água Vermelha à São Carlos e à Santa Eudóxia. Este “caminho” se tornou a principal rua do distrito: a Bela Cintra. Foi nesta rua onde foram construídos os primeiros edifícios históricos, dos quais, podemos citar: uma farmácia, uma igreja, uma escola, um bar, uma agência de correios, um estabelecimento de beneficiar café e arroz, um posto telefônico e uma oficina, a exemplo de outros que se constituíram até o final dos anos 1940.

Com a crise das fazendas, desde 1929, muitos colonos se mudaram para o entorno da rua Bela Cintra, gerando um aumento da pequena área “urbana” do vilarejo com suas casas residenciais (BARBOSA, 2009, p. 31). No dia 24 de dezembro de 1948, a então vila de Água Vermelha se tornou Distrito de São Carlos pela Lei Estadual n. 23.233. Na virada para os anos 1950 foi edificada a igreja de São Roque na rua Bela Cintra e, de acordo com Barbosa (2009, p. 33-38), em 1970, a construção da Escola Estadual Adail Malmegrim Gonçalves, assim como a pavimentação da rua principal no ano de 1974.

Com a chegada de empresas como a “Piccin Tecnologia Agrícola” nos anos 1960 e a “RECIMEC” em anos posteriores, o distrito se expandiu urbanamente cada vez mais, além de atrair trabalhadores do distrito de Santa Eudóxia e de localidades vizinhas. Entretanto, isso não alterou grande parte dos prédios históricos, os quais se matem preservados, tendo apenas a estação sido demolida pela empresa RECIMEC no final do século XX. Da mesma forma, as características de Água Vermelha como bairro rural de São Carlos, ligado à imagem de local bucólico, calmo e pouco habitado se mantiveram.

Entretanto, isso tem atraído cada vez mais o mercado imobiliário e a instalação de condomínios residenciais no distrito.

Com essas modificações cada vez mais frequentes, Água Vermelha tem enfrentado cada vez mais mudanças em seu entorno, com alterações irreversíveis em sua estrutura urbana ainda preservada, principalmente na rua Bela Cintra – primeira rua do distrito –, carregada de um passado histórico que remonta ao século XIX e que vê seus imóveis serem progressivamente descaracterizados ou demolidos.

## **2 - A questão do Patrimônio Cultural e o Distrito de Água Vermelha**

A partir destas breves considerações históricas, é possível discutir a relação do distrito de Água Vermelha com o Patrimônio Cultural do município de São Carlos. Segundo a socióloga Maria Cecília Londres Fonseca (2017, p. 34-35), a palavra Patrimônio surge inicialmente no contexto francês, ligada à Revolução Francesa, no final do século XVIII, devido à ideia de nação. Neste contexto nacionalista, os objetos históricos e artísticos assumiram “ (...) uma dimensão instrumental, e passa[ram] a ser utilizados na construção de uma representação de nação” (FONSECA, 2017, p. 35). Entretanto, no decorrer do tempo, a noção de Patrimônio se ampliou, assim como a noção de cultura, uma vez que ambos os conceitos estão ligados.

Antes da segunda metade do século XX, cultura se restringia apenas a manifestações culturais eruditas, mas isto muda gradualmente, sendo que o conceito de Patrimônio também se altera e, segundo Sampaio e Mendonça (2018), se desvincula do nacionalismo. Com esta gradual desvinculação, a noção de Patrimônio se aproximou, então, da ideia de Direitos Culturais e a Cultura, a qual, por sua vez, se tornou “ (...) um direito básico de todos os seres humanos, bem como a participação do indivíduo na construção e gestão do Patrimônio Cultural. ” (SAMPAIO E MENDONÇA, 2018, p. 15).

Para Fonseca (2017, p. 72), o Patrimônio começa a englobar o que foi produzido pelas classes menos favorecidas, tais como os operários, camponeses, imigrantes e o mundo colonial. A autora salienta a reação de alguns intelectuais, céticos em relação a ampliação da noção de Patrimônio, como Jean-Pierre Babelon e André Chastel.

Entretanto, o ceticismo parecia revelar um certo eurocentrismo em detrimento da diversidade cultural.

No Brasil, de acordo com Maria Lucia Bressan Pinheiro (2006, p. 7), é a partir da década de 1930, que houve um maior interesse do governo em preservar os bens patrimoniais nacionais. A primeira ação foi transformar a cidade de Ouro Preto, no ano de 1933, em um monumento nacional, devido ao seu pertinente passado histórico, em particular como palco da Inconfidência Mineira. Segundo Fonseca (2017, p. 99), o primeiro órgão que desempenhou a função de proteger o patrimônio foi criado no Museu Histórico Nacional, a partir do diretor na época, Gustavo Barroso. Já em 1934, nasceu a Inspeção dos Monumentos Nacionais, ligada às perspectivas tradicionalistas e patrióticas, mas logo desativada em 1937 com a criação do Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão que deu origem ao Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)<sup>4</sup>.

Para o antropólogo Johnny Meca Ospina (2016, p. 31), o Patrimônio está vinculado ao conceito de identidade e esta, por sua vez, permanece atrelada à memória coletiva, no que diz respeito a identidade de uma comunidade ou povo. Logo, a questão do Patrimônio Cultural mobiliza o conceito de identidade, a qual, de acordo com Stuart Hall (2006, p. 47), é fluida e passível de reconstruções a todo momento.

O Patrimônio Cultural abriga, então, inúmeras definições, podendo ser tanto material, quanto imaterial, dependendo de suas manifestações em uma comunidade ou país. Entretanto, de acordo com Almir Félix B. de Oliveira (2008, p. 31), foi apenas no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, que o Iphan teve seu papel ampliado em relação ao Patrimônio Cultural brasileiro, principalmente pelo Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 e a consequente instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

---

<sup>4</sup> Podemos citar também no caso do estado de São Paulo com a criação do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), em 1968 com objetivo de proteger o Patrimônio paulista por meio do tombamento de bens materiais e imateriais para os paulistas (NASCIMENTO E SCIFONI, 2018).

Ainda de acordo com o autor, o Patrimônio teria se ampliado, então, a partir de movimentos de grupos sociais e intelectuais<sup>5</sup> - não estando atado apenas a fatos “memoráveis” de nossa história como a Inconfidência Mineira ou às elites –, os quais reivindicavam um Patrimônio que “(...) estava em muitos outros lugares, pertencia a muitos outros grupos componentes da nossa sociedade. Estava no saber-fazer popular, na religiosidade, nas formas de sociabilidade de diversos grupos.” (OLIVEIRA, 2008, p. 34). Se nos atermos ao Distrito de Água Vermelha, é possível abordá-lo como Patrimônio Cultural, a partir de sua história de criação e papel regional, assim como pelas memórias de seus moradores e de sua importância para a identidade local.

A estrada que liga São Carlos a Santa Eudóxia remonta ao período anterior da chegada da estrada de ferro. O caminho principal, hoje nomeado como Rua Bela Cintra, norteou o ramal de Água Vermelha, além de reunir muitas das edificações remanescentes do distrito, como a farmácia e o Armazém Pulcinelli, do século XIX, e a Igreja Matriz (c. 1940). Para os moradores, antigos e aqueles que foram influenciados pelas memórias locais, o caminho da ferrovia marcou grande parte de suas existências.

Assim, o Distrito de Água Vermelha, antes de ser uma estrada de ligação entre duas regiões do município de São Carlos, *é um eixo de passagem e permanência* para muitos (i)migrantes que estavam no trânsito entre Santa Eudóxia ou outras fazendas ao redor; *um caminho de expansão econômica* diretamente ligado a expansão cafeeira; *um aglomerado urbano que concentra práticas religiosas e contato entre pessoas e grupos viventes no entorno*. E há também o Armazém Pulcinelli, um dos pontos de reunião da população local, referência na porção urbana do distrito conforme relatou Adriana Luiza Biason *apud* Barbosa (2009):

O armazém [Pulcinelli], o que eu sei é que no final de tarde, todo o final de tarde, o pessoal da roça vinha aqui pro vilarejo, vinha no armazém, vinha na estação de trem, comprava pão, comprava as coisas, e lá era tudo feito a... era tudo feito a granel, óleo em garrafa, bebida tudo em garrafão, né, sardinha, peixe, tudo em caixa (...) eles vendiam pros colonos e pros donos da fazenda,

---

<sup>5</sup> Podemos citar o caso de Aluísio Magalhães em 1970, que retomou as ideias de Mario de Andrade sobre o Patrimônio Cultural não ser apenas constituído de fatos memoráveis em nossa história (OLIVEIRA, 2008, p. 34).

né e era tudo caderneta, tudo na caderneta, não era nada à vista, pagava por mês (...).

Cabe ainda lembrar que, segundo os relatos dos moradores do distrito, a Estação e o trem estruturavam o cotidiano da população, sendo o ditador do tempo e das horas, além do principal meio de transporte para os moradores de Água Vermelha, conforme podemos constatar nos relatos de Tereza Aparecida Antônio *apud* Barbosa (2009, p. 22):

Era uma estaçãozinha muito movimentada, que o trem ia às 7h30 da manhã, ia pra São Carlos e voltava de lá, sai de lá 4h00, vinha de Santa Eudóxia e ia pra São Carlos, passava aqui 7h30 e depois de lá de São Carlos, saia de lá 4h00, voltava e ia até Santa Eudóxia. Muita gente ia pra São Carlos de trem.

A desativação do ramal ferroviário em 1962 e a destruição da estação por uma fábrica instalada no distrito nos anos posteriores, impactou as memórias locais pela supressão dos locais de encontro e estruturação cotidiana da população de Água Vermelha. Na fala e na memória ainda estão presentes a estação – e a sua ausência – como marcos do caminho e da história.

Mas também a transformação do Armazém Pulcinelli em Armazém Cultura, no início dos anos 2000 – o marco histórico que se manteve –, estimulou e recuperou o interesse pela história do distrito, principalmente pela população local e por viajantes que por ali passam, reavivando a memórias de outras formas de viver e conviver e despertando a inclinação por mais ações de preservação local.

### **Á guisa de conclusão**

Surgido como rota que ligava São Carlos à Santa Eudóxia, o distrito de Água Vermelha se formou ao longo do século XIX e se consolidando com um entreposto importante entre duas regiões estratégicas. Este artigo tentou recuperar um pouco da história do distrito, abrindo novas possibilidades de pesquisa a partir das fontes documentais levantadas principalmente a partir dos jornais, bem como elencar a questão do Patrimônio Cultural edificado em Água Vermelha. Com esta previa pesquisa a respeito

do distrito, foi possível esquematizar informações sobre seu surgimento, formação e configuração populacional.

Este artigo também visa contribuir para um maior questionamento e interesse a respeito dos diversos distritos paulistas, muitas vezes com sua história e seu Patrimônio Cultural pouco valorizados vinculados – muitas vezes até por suas particularidades. No caso de Água Vermelha, sua trajetória data de um período anterior ao das ferrovias, que surgem já atreladas ao caminho de ligação entre São Carlos e Santa Eudóxia. Com a ampliação do termo Patrimônio, nas últimas décadas do século XX, foi possível (re)ler o distrito como sendo um Patrimônio para o município de São Carlos, a partir das memórias e significados que carregou e ainda carrega pela memória de seus moradores ou pelos artigos de jornais.

### Referências bibliográficas

ACTOS oficiais. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 1028, 12 jun. 1890. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_05&pagfis=479&pesq=%C3%81gua%20Vermelha](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_05&pagfis=479&pesq=%C3%81gua%20Vermelha). Acesso em 18 jun. 2019.

ANNUNCIOS: Preto Fugido. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 8754, 27 out. 1885. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/090972\\_04/7132?pesq=Água%20Vermelha](http://memoria.bn.br/DocReader/090972_04/7132?pesq=Água%20Vermelha). Acesso em 17 jun. 2019.

BARBOSA, O. A. **A História do Distrito de Água Vermelha: História e Memórias**. 2009 Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de História) - Centro Universitário Central Paulista, São Carlos, 2009.

BRAGA, C. Contribuição ao estudo da história e geografia da cidade e município de São Carlos do Pinhal. In: AUGUSTO, J. (org.). **Almanach de 1894**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. p. 158.

CENSO 2010. São Paulo: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/painel/?nivel=st>. Acesso em 12 jul. 2019.  
COMPANHIA paulista de vias ferreas fluviaes. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 10958, 3 set. 1893. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_05&PagFis=4109&Pesq=%c3%81gua%20Vermelha](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_05&PagFis=4109&Pesq=%c3%81gua%20Vermelha). Acesso em 26 jun. 2019.

ESPINGARDA. **Tribuna de São Carlos**, São Carlos, n. 14, 20 abr. 1879. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=819360&pagfis=7&pesq=%C3%81gua%20Vermelha>. Acesso em 17 jun. 2019.

ESTATÍSTICA curiosa. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 10.035, 16 fev. 1890. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_05&pagfis=113&pesq=%C3%81gua%20Vermelha](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_05&pagfis=113&pesq=%C3%81gua%20Vermelha). Acesso em 18 jun. 2019.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017. 328 p.  
FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS. **Fogo e Vapor**: Aspectos da História de São Carlos a partir da Ferrovia. São Carlos: FPMSC, 2017. 144 p.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. p. 103-133.

HOLLOWAY, T. H. **Imigrantes para o café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 297 p.

MANO, M. **Os Campos de Araraquara**: Um estudo de história indígena no interior paulista. Orientador: John M. Monteiro. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2006. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280084/1/Mano\\_Marcel\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280084/1/Mano_Marcel_D.pdf). Acesso em: 10 mai. 2019.

MILLIET, S. **Roteiro do café e outros ensaios**: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. São Paulo: Hucitec, 1982. 184 p.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984. 393 p.  
NASCIMENTO, F. B.; SCIFONI, S. Condephaat 50 Anos: Balanço Crítico e Perspectivas Atuais. **Revista CPC**, São Paulo, n. 26, p. 5-19, out. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i26espp5-19>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/issue/view/10844>. Acesso em 09 abr. 2019.

OCCURENCIAS policiaes. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 8580, 28 mar. 1885. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_04&pagfis=6440&pesq=%C3%81gua%20Vermelha](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_04&pagfis=6440&pesq=%C3%81gua%20Vermelha). Acesso em 17 jun. 2019.

OLIVEIRA, A. F. B. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, n. 29, p. 19-38, dez. 2008. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/326>. Acesso em 09 abr. 2019.

OSPINA, J. M. Patrimonio cultural: ¿espacio de imaginación o de especulación? In: HERNÁNDEZ, C. A. C. *et al.* **Cuadernos de Patrimonio Cultural** – Reflexiones Contemporáneas. Tunja: Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, 2016. p. 27-43.

PELA pátria e pela republica. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 10958, 9 mar. 1893. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_05&PagFis=4109&Pesq=%c3%81gua%20Vermelha](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_05&PagFis=4109&Pesq=%c3%81gua%20Vermelha). Acesso em 26 jun. 2019.

PINHEIRO, M. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 3, p. 4-14. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i3p4-14>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44654>. Acesso em 07 abr. 2019.

REQUERIMENTOS despachados. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 10181, 19 ago. 1892. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_05&pagfis=717&pesq=%C3%81gua%20Vermelha](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_05&pagfis=717&pesq=%C3%81gua%20Vermelha). Acesso em 26 jun. 2019.

SAMPAIO, A. B.; MENDONÇA, E. C. Democracia cultural, museu e patrimônio: relações para a garantia dos direitos culturais = Cultural Democracy, Museum and Heritage: Relations for the Guarantee of Cultural Rights. **E-cadernos CES**, Coimbra, n. 30, p. 14-38. DOI: 10.4000/eces.3674. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/3674>. Acesso em: 07 abr. 2019.

SILVA, J. P. **Posseiros e Possuidores: conflitos sociais na formação da estrutura fundiária em São Carlos-SP entre 1850 e 1888**. Orientador: Oswaldo Mario Serra Truzzi. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7121/DissJPS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 20 mai. 2019.

TRUZZI, O. M. S. **Café e Indústria São Carlos: 1850-1950**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. 203 p.

TRUZZI, O. M. S.; BASSANEZI, M. S. B. População, grupos étnico-raciais e economia cafeeira: São Carlos, 1907. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 197-218, jul. dez. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0102-30982009000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-30982009000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 08 jun. 2019.